

Desafios educacionais no contexto das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional

Educational challenges in the context of the public policies of nutritional and alimentary security

Autores | Authors

✉ **Ivete Maria KREUTZ**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)
Departamento de Pedagogia
Curso de Mestrado em Educação nas Ciências
CEP: 98.700-000
Ijuí/RS – Brasil
e-mail: ivete-kreutz@saude.rs.gov.br

✉ Autor Correspondente | Corresponding Author

Resumo

O presente estudo trata dos desafios educacionais no contexto das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Objetivou-se, no âmbito desta discussão, fazer uma análise reflexiva do papel da Educação na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. O estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica em livros, documentos, artigos e revistas. Os resultados mostram que, sendo a Educação estratégia central para o desenvolvimento dos povos, a Segurança Alimentar e Nutricional / O Direito Humano à Alimentação Adequada e a busca da construção de um Sistema Alimentar Soberano e Sustentável poderão integrar as atividades fins das instituições de ensino e, também, da educação informal. Na escola, a Segurança Alimentar e Nutricional poderá ser trabalhada de forma regular e de modo contextualizado, em temas transversais, em atividades teórico-práticas, lúdicas, disciplinas e/ou temas geradores. Na Universidade, a Segurança Alimentar e Nutricional poderá perpassar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, num processo de interlocução e complementaridade com as diferentes áreas do saber e fazer pedagógicos. A educação cidadã poderá fomentar a Segurança Alimentar e Nutricional como um tema gerador, dado o desdobramento de temas que o enfoque abrange e pela importância do mesmo para a promoção da cidadania e da inclusão social.

Palavras-chave: Educação; Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação; Controle Social; Rede.

Summary

This study is about the educational challenges on the context of public politics in alimentary and nutritional security. The objective in this discussion, and a reflexive analyses on the importance of education in the promotion of alimentary and nutritional security. The study was realized throught bibliographic researches in books, documents, article and magazines. The results showed that, being the strategic education the midpoint to the development of a people, the alimentary and nutritional security, and the persue of a supportable and sovereign alimentary system can integrate the learning institutions activities and, also, the informal education. At school, the alimentary and nutritional security will be worked in a contextualized way, throught a thwart topics in theoretical- practical activities, ludic courses and or generator themes. At universities, the alimentary and nutritional security can perpass the learning, research and extension activities, in a process of interlocution and complementary with the different areas of knowledge and pedagogical doings. The education for the citizen will shape the alimentary and nutritional security as a generator theme, given the extended of themes encircled, and by its importance, for the promotion of citizenship and social inclusion.

Key words: Education; Alimentary and Nutritional Security; Human Right of Feeding; Social Control; Net.

Desafios educacionais no contexto das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional

KREUTZ, I. M.

■ 1 Introdução

Na sociedade contemporânea, dada à complementaridade das ciências, diversos desafios educacionais se apresentam no contexto das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Atualmente, mais da metade da população mundial sofre de algum tipo de problema de nutrição, seja por deficiência, seja por excesso. De acordo com dados do Wolfensohn (2002), 1,3 bilhão de habitantes do planeta recebem uma renda menor do que um dólar por dia, encontrando-se, por conseguinte, em situação de pobreza aguda. Dois quintos da população mundial não dispõem de serviços sanitários adequados e de eletricidade.

O Relatório do PNUD¹ (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1996) indica que houve um aumento acentuado no número de pobres, os quais viram diminuir sua renda. Entre 1965 e 1980, essa situação afetou 200 milhões de pobres; entre 1980 e 1993, um bilhão; 800 milhões de pessoas não recebem alimentação suficiente e cerca de 500 milhões estão em um estado crônico de desnutrição; 17 milhões de pessoas morrem por ano por causa de infecções e doenças parasitárias curáveis, como diarreia, malária e tuberculose (KLIKSBURG, 2002).

Nesse contexto mundial, encontram-se tendências claramente opostas. De um lado, progressos potencialmente importantes em certas direções, como o desenvolvimento explosivo das comunicações e, ao mesmo tempo, dificuldades de fundo em continentes inteiros, como na América Latina, na África e em grandes regiões da Ásia; sérios problemas na transição das economias da Europa Oriental rumo a novos modelos econômicos; crescimentos econômicos limitados ou recessão, no mundo desenvolvido. E tudo isso num contexto de iniquidade em termos econômicos e políticos.

Nesse cenário, torna-se fundamental a busca pela formulação e implementação de políticas públicas inclusivas e democráticas, com o Estado voltado ao desenvolvimento social. Conforme o Sistema Internacional de Direitos Humanos, originalmente previstos pelas Nações Unidas (Comentário Geral N°12), o papel do Estado na questão das políticas sociais é o de Respeitar, Proteger, Promover e Prover. Somente assim, o Estado estará voltado ao desenvolvimento integral e sustentável do seu território e de sua população.

¹ PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) adota uma estratégia integrada, respeitando as especificidades de cada país, para a promoção da governabilidade democrática, o apoio à implantação de políticas públicas e ao desenvolvimento local integrado, a prevenção de crises e a recuperação de países devastados, a utilização sustentável da energia e do meio ambiente, a disseminação da tecnologia da informação e comunicação em prol da inclusão digital, e a luta contra o HIV/AIDS.

Este texto reflete sobre o papel da Educação, como parte da rede social, na promoção da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional. É resultado de pesquisa realizada ao longo dos anos 2005 e 2006 (KREUTZ, 2007).

■ 2 Métodos

O estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica em livros, documentos, artigos e revistas.

■ 3 Resultados e discussões

O Direito Humano à Alimentação Adequada se constitui em um dos pilares mais importantes da Segurança Alimentar e Nutricional, aliado à Soberania Alimentar. Para Valente (2002), o Direito Humano à Alimentação Adequada começa pela luta contra a fome, ou seja, pela garantia a todos os cidadãos de ter acesso diário a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades nutricionais básicas essenciais para a manutenção da saúde (p.37).

O Direito Humano à Alimentação Adequada abrange o direito de acesso ao alimento, o direito de comer de acordo com os próprios valores e normas, o direito ao alimento seguro, o direito de receber informação correta a respeito do conteúdo do alimento e de hábitos de alimentação e estilos de vida saudáveis. Este direito vem sendo reiterado na comunidade internacional como um Direito Humano Básico, através de importantes documentos produzidos em reuniões internacionais. Conforme as Nações Unidas (Comentário Geral n° 12), para a consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada, os Estados Nacionais possuem alguns níveis de obrigações: respeitar, proteger, promover e realizar.

A obrigação de respeitar significa que o Estado, por intermédio de legislações, de políticas e de programas, deve respeitar a capacidade de cada indivíduo de garantir, para si próprio e para a sua família, o acesso permanente e constante a uma alimentação suficiente e adequada.

A obrigação de proteger requer que o Estado assegure que indivíduos e/ou empresas públicas e privadas não tolham as pessoas do acesso permanente a uma alimentação adequada e suficiente.

A obrigação de promover exige que o Estado implemente políticas, programas e ações que possibilitem a progressiva realização do Direito Humano à Alimentação, definindo metas, recursos e indicadores para este fim.

A obrigação de realizar implica que o Estado, em situações emergenciais (secas, enchentes, guerras) garanta (mediante aporte de alimentos ou recursos) a recuperação, no prazo mais breve possível, da capacidade de as famílias e/ou as comunidades alimentarem-se por si próprias (IPEA, 2002, p. 27).

Desafios educacionais no contexto das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional

KREUTZ, I. M.

No contexto nacional, houve avanços, como a recente aprovação da Lei Nº11346 de 15/09/2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), no Capítulo I, Art 3º, que define Segurança Alimentar e Nutricional como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 1).

Segundo esta lei, também se cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Desta forma, a Segurança Alimentar e Nutricional passa a um patamar mais avançado, pois a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada passa a ser uma questão de Estado.

O Direito Humano à Alimentação Adequada deve ser entendido em conjunto com os demais Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e deve ser assegurado a todos os seres humanos do planeta, buscando-se a eliminação das dificuldades na acessibilidade e na disponibilidade de alimentos, erradicando-se a insegurança alimentar. Os organismos governamentais e não governamentais devem agir nacionalmente e com a comunidade internacional buscando a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, e o Direito à Alimentação Adequada a todos os seres humanos.

Chegar ao reconhecimento do Direito Humano à Alimentação implicou um longo caminho; chegar à concretização desse direito dependerá de uma rede de conexões de entidades governamentais, não governamentais e sociedade civil com relações de interdependência e intercomplementaridade e com vontade política de realmente erradicar a fome e a miséria e de implementar Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional que sejam inclusivas, democráticas, educativas e ecologicamente sustentáveis.

A Educação é elemento chave à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Delors (1996) ressalta o papel histórico transcendental da educação em nosso tempo:

“(...) dela depende, em grande medida, o progresso da humanidade (...). Hoje está cada vez mais arraigada a convicção de que a educação constitui uma das armas mais poderosas de que dispomos para forjar o futuro. Os países de ponta em nível econômico e tecnológico multiplicam seus orçamentos em educação e em ciência e tecnologia”.

Neste sentido, a ação educativa constitui-se num processo educativo e emancipatório.

No entanto, dada à característica de intersetorialidade da política de Segurança Alimentar

e Nutricional, torna-se necessário estimular a reflexão das redes de organizações dos diversos atores sociais: governo local, regional, estadual, nacional; controle social; trabalhadores; sindicatos; cooperativas; universidades, dentre outros, para a importância da formulação e da implementação de políticas públicas, que visem ao caráter interativo da intervenção, na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Raichelis (2000) ressalta que a sociedade civil precisa recuperar seus canais autônomos de participação e não pode considerar os Conselhos como o único espaço de participação da sociedade civil, pois estes precisam estar em sintonia com fóruns sociais mais amplos.

3.1 A segurança alimentar e nutricional como tema transversal na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio

A Segurança Alimentar e Nutricional poderá ser elencada como tema transversal na educação básica, permitindo-se o desenvolvimento dos conteúdos de forma regular e de modo contextualizado. Conforme o Ministério da Educação e Cultura (MEC)², o tratamento transversal do tema deve-se ao fato de sua abordagem dar-se no cotidiano da experiência escolar e não no estudo de uma “matéria” (MEC, 1998).

Para o referido Ministério, o desafio da escola é constituir-se num espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsabilmente perante estas.

A Segurança Alimentar e Nutricional é um tema relevante a ser discutido em qualquer disciplina ou série e com todas as faixas etárias, e deverá mobilizar toda a comunidade escolar (educandos, educadores, equipe diretiva, nutricionistas, merendeiras, pais, conselheiros etc.), pois é um tema estratégico, inclusive para o desenvolvimento local, porque mexe com a saúde das pessoas, questiona o modo de produção e de consumo dos alimentos, e define modelos de inclusão ou de exclusão social.

3.1.1 O Programa nacional de alimentação escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, 2006) deverá atuar em consonância com os princípios e diretrizes da política da Segurança Alimentar e Nutricional, primando pela universalidade e regularidade do atendimento, integrando o processo pedagógico da escola e servindo, dessa forma, como instrumento de educação alimentar e nutricional.

Escolas são espaços privilegiados para ampliar o acesso à informação sobre saúde e nutrição, bem como

² Site acessado: www.mec.gov.br.

Desafios educacionais no contexto das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional

KREUTZ, I. M.

para a construção de habilidades e competências – como autonomia e capacidade decisória – que são decisivas para que as crianças tenham bons relacionamentos em grupo, saibam administrar situações de conflitos, desenvolvam o raciocínio lógico, e o pensamento crítico e criativo. Por isso, o ideal é que as escolas possam garantir o acesso das crianças a uma alimentação adequada, com alimentos variados, seguros e integrados à cultura das mesmas. Os alimentos poderão ser adquiridos preferencialmente do agricultor familiar (no município), o que gera trabalho e renda para as famílias dos próprios educandos. Com isso, além de possibilitar o acesso a uma alimentação mais saudável, o giro do recurso financeiro permanece no próprio município.

A difusão de informações sobre os princípios de uma alimentação saudável e o desenvolvimento das habilidades de interpretação das informações disponíveis sobre alimentação e nutrição – como as veiculadas em propagandas ou nos rótulos de alimentos – contribuem para a construção de escolhas saudáveis para que educandos e familiares possam exercer maior controle sobre sua saúde.

Sugere-se a interlocução entre o processo pedagógico, a equipe diretiva, os educadores, os educandos, os responsáveis pela alimentação escolar, o controle social (Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, e outros), enfim, entre toda a comunidade escolar. No espaço escolar ampliado até a família e a comunidade, poderão ser trabalhados temas como o equilíbrio alimentar; o aproveitamento integral dos alimentos e o combate ao desperdício; a questão do acesso aos alimentos; a questão da qualidade dos alimentos (sanitária, nutricional, biológica e tecnológica), e o estímulo ao cultivo e ao consumo de produtos agroecológicos. Todas as temáticas abordadas, poderão perpassar uma visão e uma vivência de intercomplementaridade e de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada, promovendo, dessa forma, a Cidadania Alimentar.

A atenção à questão alimentar e a preocupação com a promoção de padrões saudáveis de alimentação (alimentação variada, colorida, moderada, equilibrada, segura e prazerosa), na idade escolar, justificam-se em face da revelação de inquéritos que vêm evidenciando tendências desfavoráveis nos padrões de consumo alimentar e nos aumentos substanciais na prevalência de sobrepeso e obesidade nessa faixa etária.

Dados do Ministério da Saúde (MS, 2002) sobre doenças ligadas à alimentação na fase da infância indicam o crescimento do número de crianças com excesso de peso, tanto para a idade quanto para a altura, bem como a prevalência de obesidade em crianças de um ano. A desnutrição infantil vem decrescendo, mas permanece alta em determinados segmentos sociais,

regiões e localidades geográficas específicas (CONSEA, 2004).

Outra preocupação reside nos altos índices de prevalência de anemia ferropriva entre escolares de todas as áreas geográficas do país. Conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2005), estudos apontam que aproximadamente metade dos pré-escolares brasileiros seja anêmica (cerca de 4,8 milhões de crianças), com prevalência chegando a 67,6% nas idades entre seis e 24 meses.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998), na América Latina, os 20% mais pobres da população apresentaram o seguinte percentual da mortalidade total: 9% - mortes por consequência de traumatismos; 32% - mortes por doenças não transmissíveis; 59% - mortes por doenças transmissíveis, mortalidade materna e perinatal, e mortes por causas nutricionais. Já os 20% mais ricos da população apresentaram como percentual de mortalidade total: 7% - mortes como consequência de traumatismos; 85% - mortes por doenças não transmissíveis; 8% - mortes por doenças transmissíveis, mortalidade materna e perinatal, e mortes por causas nutricionais.

Observa-se que quanto mais pobre a população, mais vulnerável a intercorrências, expressas nos altíssimos índices de mortes por Doenças Transmissíveis, mortalidade materna e perinatal e mortes por causas nutricionais. A maior parte dessas mortes ocorre por causas evitáveis relacionadas a precárias condições socioeconômicas, à baixa qualidade da atenção básica dos serviços de saúde, como acesso a pré-natal adequado, suplementação alimentar, entre outros.

O quadro de convivência entre os diferentes tipos de problemas de alimentação e nutrição em crianças e adolescentes reforça a importância das ações de promoção da saúde nas escolas.

Em relação à desnutrição, as escolas têm um papel chave, tanto na recuperação nutricional das crianças, quanto para evitar que os que então apresentam déficits nutricionais venham a ter problemas de obesidade no futuro. Da mesma forma, a questão da obesidade poderá pautar ações e reflexões no cotidiano escolar, inseridas no projeto político-pedagógico da escola.

O monitoramento do estado nutricional dos escolares e pré-escolares constitui elemento importante de promoção à saúde, principalmente quando associado às estratégias de integração com a rede básica de saúde.

Para o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004), o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional destina-se ao diagnóstico descritivo e analítico da situação alimentar e nutricional, contribuindo para que se conheça a natureza e a magnitude dos problemas de nutrição,

Desafios educacionais no contexto das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional

KREUTZ, I. M.

identificando áreas geográficas, segmentos sociais e grupos populacionais de maior risco aos agravos nutricionais. Esse diagnóstico é realizado através de anamnese alimentar. Outro objetivo é avaliar o estado nutricional de indivíduos para obter o diagnóstico precoce dos possíveis desvios nutricionais, seja baixo peso ou sobrepeso/obesidade, evitando as consequências decorrentes desses agravos à saúde. Esse diagnóstico é realizado através de avaliação nutricional. A importância do diagnóstico também é corroborada por Marques (1996, p. 84), ao salientar que “[...] para transformar a realidade é preciso conhecê-la”. No entanto, o autor, no contexto de sua afirmação, também assinala que, para conhecer a realidade, “é necessário estar ativamente empenhado em transformá-la”. Conhecimento e transformação andam juntos, entrelaçam-se.

A Segurança Alimentar e Nutricional envolvendo a Alimentação Escolar e as atividades de Educação em Saúde poderão ser desenvolvidas em caráter interdisciplinar e intersetorial em função da complexidade e complementaridade que os processos exigem.

Conforme a Análise da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (BARRETO, 2004), a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda às escolas a restrição do consumo de alimentos caloricamente densos e pobres em micronutrientes; a limitação da exposição das crianças às pesadas práticas de marketing desses produtos; a provisão de informações para promover escolhas saudáveis para o consumo alimentar; o resgate de dietas tradicionais saudáveis (alimentação e cultura), e a promoção da atividade física.

No Brasil, a Portaria Interministerial Nº1010 de 08 de maio de 2006, Art. 3º, ressalta que a promoção da alimentação saudável nas escolas deve basear-se nos seguintes eixos prioritários:

- I) ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;
- II) estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;
- III) estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;
- IV) restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura

trans, açúcar livre e sal, e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras, e

- V) monitoramento da situação nutricional dos escolares.

3.1.2 Cantina escolar e horta escolar

As cantinas e as hortas escolares devem ser espaços educativos e funcionar em consonância com a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. É importante que os municípios regulamentem as cantinas de escolas públicas e privadas, e que o debate da regulamentação seja discutido com toda a comunidade escolar, para não representar um ato proibitivo; antes, ao contrário, que tal regulamentação exerça a função educativa, contribuindo na melhoria do comportamento alimentar de todos os envolvidos.

Na horta escolar, a preparação do terreno, o plantio, o cuidado com a planta, a colheita e, depois desta, o preparo do alimento, permitem trabalhar desde conteúdos de matemática a relações com o meio ambiente, diferentes aspectos da física, da biologia, além de noções sobre a saúde, a nutrição e suas repercussões sobre o crescimento e o desenvolvimento dos educandos.

A escola, inserida no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, poderá alavancar rumo à construção do conhecimento em Segurança Alimentar e Nutricional, perpassando as instâncias da alimentação escolar, das cantinas e hortas escolares, desenvolvendo uma visão sistêmica das causas da insegurança alimentar e integrando essa discussão no projeto político pedagógico da instituição, estendendo-se a toda comunidade escolar.

3.2 A contribuição das universidades na promoção da segurança alimentar e nutricional

Na sociedade contemporânea, o dinamismo das ciências se encontra em todos os setores da vida humana. Nesse contexto, esforços institucionais das Universidades nas suas atividades fins, qualificando programas de ensino, pesquisa e extensão, de forma homogênea, se tornam emergentes.

Os investimentos em programas de ensino são fundamentais, pois

“a educação se transforma, de transmissão de saberes acabados, em inserção no movimento pelo qual as ciências se transformam de contínuo e logo se inserem no mundo da vida” (MARQUES, 2001, p. 25).

Ainda, conforme o autor,

“participa da constituição do mundo contemporâneo um triplo movimento em que se encurtam as distâncias entre os avanços das ciências e a penetração deles na vida cotidiana das populações [...]; as ciências se requerem mais específicas e sempre mais interdependentes e

Desafios educacionais no contexto das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional

KREUTZ, I. M.

complementares na interlocução de seus saberes e em processos de crescente complexidade” (MARQUES, 2001, p. 23).

Com base em Morin (2003, p.38), entende-se a complexidade – *complexus* – como o que foi tecido junto; há complexidade, quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo: como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico; e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade.

Pela incidência dos dinamismos das ciências provocados de contínuo por todos os setores da vida humana em sociedade, a educação se transforma: de transmissão de saberes acabados em movimento de constituição das ciências, em que não se descolam a pedagogia do fazer científico e a pedagogia dos usos deste na vida cotidiana (MARQUES, 2001). Nesse sentido, a educação promove o conhecimento capaz de apreender problemas globais, independentemente do nível de complexidade e neles insere os conhecimentos parciais e locais.

Em muitas Universidades, o tirocínio acadêmico tende a ser apenas teórico, afastado da capacidade reconstrutiva. O desafio da educação na sociedade contemporânea é a produção de conhecimento próprio com qualidade formal e política, capaz de postá-la na vanguarda do desenvolvimento. A essência acadêmica deverá ser constituída pela pesquisa. Sobre a pesquisa, como princípio norteador e constitutivo da ação universitária, Demo (2002, p. 128) compreende que:

“Ensinar continua função importante da universidade, mas não se pode mais tomar como ação autossuficiente. Quem pesquisa, tem que ensinar; deve, pois, ensinar, porque ‘ensina’ a produzir, não a copiar. Quem não pesquisa, nada tem a ensinar, pois apenas ensina a copiar” (p.128).

A pesquisa poderá envolver um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção, é o “aprender a aprender”. Como tal, fará parte de todo o processo educativo e emancipatório.

Nas Universidades, geralmente associado à cópia, está o professor que nunca produziu conhecimento próprio, o professor que, conforme Vasconcellos (1998), cultiva postura educacional reprodutiva porque imagina que a nova geração repete a outra.

Demo (1998, p. 55) define assim o professor:

O professor deve ser orientador do processo de questionamento reconstrutivo no aluno. A aula é apenas suporte secundário deste processo. O perfil do cidadão e do profissional moderno, de quem se espera competência questionadora reconstrutiva, não a simples reprodução de

saberes e fazeres, incorpora precisamente o desafio de educar pela pesquisa.

O professor pesquisador acolhe, com a mesma dignidade, teoria e prática, e dialoga com a realidade. Toda teoria precisa confrontar-se com a prática e toda prática precisa retornar à teoria. Para Demo (1998), “pesquisa é cotidiano mais cotidiano”. Portanto, deverá fazer parte do cotidiano de educadores e educandos. A Universidade, como espaço privilegiado de educação, deve servir de fomento à cidadania. Ter compromisso com a transformação e a consequente organização e ação de intervenção na realidade.

Em um país onde cerca de 22 milhões de pessoas passam fome (IPEA, 1996) e outros milhões vivem em situação de Insegurança Alimentar, é inadmissível que a discussão da Segurança Alimentar e Nutricional/O Direito Humano à Alimentação Adequada e a busca da construção de um Sistema Alimentar Soberano e Sustentável não façam parte das discussões/ações do cotidiano nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação das Universidades, seja na forma de temas transversais, seja nas disciplinas curriculares, pois a universidade tem um papel social a cumprir, que é o da promoção da cidadania e da inclusão social.

No entanto, a abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional necessita de um enfoque sistêmico (integral); assim, requer-se uma atenção especial para que as disciplinas não impeçam o vínculo entre as partes e a totalidade (reducionismo disciplinar), pois é necessário apreender os objetivos em seu contexto, na sua complexidade, em seu conjunto. Sobre isso, manifesta-se D’Ambrósio (2001, p. 111):

O currículo do futuro não se mostrará organizado em disciplinas, mas, sim, através de grandes temas. Os temas que deverão estar presentes nas novas propostas curriculares deverão reconhecer o que é essencial no conhecimento e no comportamento humano, que estão explícitos no triângulo da vida e no triângulo das intermediações, indivíduo – outro/sociedade – natureza.

O fomento das discussões poderá envolver o enfoque na compreensão da insegurança alimentar como resultado da dinâmica de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, que mantém grande parte da população na exclusão social, relegada à fome, à miséria, à pobreza, aos modos de vida não saudáveis, à falta de oportunidades e à desigualdade social.

Cursos de graduação e pós-graduação de áreas como Nutrição, Geografia, História, Medicina, Química, Biologia, Economia, Medicina Veterinária, Agronomia, Ciências Sociais, Pedagogia, Direito, entre outros, necessitam um aprofundamento teórico e prático muito maior em Segurança Alimentar e Nutricional, no sentido de tomar o alimento não só na sua materialidade, mas também na sua inserção e na sua influência no

Desafios educacionais no contexto das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional

KREUTZ, I. M.

mundo da vida. Esse aprofundar-se se justifica, visto que as condições históricas para a constituição da maior parte desses campos científicos trazem em seu bojo estudos e pesquisas que levaram aos cursos de formação de profissionais e à intervenção, em Nutrição. O envolvimento dos demais campos científicos justifica-se pela interdependência e complementaridade com a questão do direito humano à alimentação adequada, reconhecido como direito universal, indivisível, interdependente e inalienável.

3.3 A Educação cidadã na promoção da segurança alimentar e nutricional

A Educação Cidadã no Brasil tem raízes na longa história da Educação Popular, que se caracteriza pelo conteúdo programático embasado na vida e na linguagem das classes populares (POLETTI, 2004). No que tange à Segurança Alimentar e Nutricional, a Educação Cidadã visa a ampliar a visão dos cidadãos sobre os fatores determinantes e condicionantes da insegurança alimentar, fomentando, dessa forma, inúmeros temas geradores e as estratégias de atuação, a fim de promover uma mudança estrutural da sociedade para a inclusão social e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional a todos.

4 Conclusões

No Brasil, onde as desigualdades sociais e regionais são imensas, torna-se indispensável um modelo de atenção às políticas públicas Educacionais e de Segurança Alimentar e Nutricional, que sejam comprometidas com as reais necessidades da população.

Ampliando-se a atuação, torna-se necessária a formação de Meta Redes que integrem Escolas, Universidades, Movimentos Sociais, Fóruns, Conselhos, Organismos Públicos, Organizações Não Governamentais, entre outros, colocando a insegurança alimentar na ótica da cidadania, no centro do cenário político, como uma questão Ética, que diz respeito às regras de equidade nas relações sociais, que garantam ao cidadão uma vida digna, com capacidade de autogestão, sentindo-se um cidadão com iniciativa, invenção e criatividade.

Nessa perspectiva, os Estados são os principais responsáveis pelo seu desenvolvimento econômico e social, inclusive a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.

Sugere-se que a abordagem do tema da Segurança Alimentar e Nutricional integre as duas faces da Insegurança Alimentar e Nutricional da população: a desnutrição e outras doenças carências, o sobrepeso, a obesidade e as Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT). A articulação das políticas específicas e

emergenciais com as políticas estruturantes é fundamental para que se possa efetivamente romper com o ciclo da fome. A abordagem do tema poderá ser realizada na escola, de forma regular e de modo contextualizado, em temas transversais, atividades teórico-práticas, lúdicas, disciplinas ou temas geradores.

Cursos de graduação e pós-graduação de áreas como Nutrição, História, Geografia, Medicina, Biologia, Química, Economia, Agronomia, Medicina Veterinária, Ciências Sociais, Pedagogia, Direito, entre outros, necessitam um aprofundamento teórico prático muito maior em Segurança Alimentar e Nutricional, visto que as condições históricas para a constituição da maior parte desses campos científicos trazem no bojo estudos e pesquisas que levaram aos cursos de formação de profissionais e à intervenção, em Nutrição; o envolvimento dos demais campos científicos justifica-se pela interdependência e complementaridade com a questão do direito humano à alimentação adequada.

Em relação à Educação Cidadã, sugere-se que esses, fomentem a Segurança Alimentar e Nutricional como um tema gerador.

Importante é que se estabeleçam mecanismos de controle social, condição necessária para se atingirem, plenamente, os objetivos de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional.

Diante da contemporaneidade do tema de pesquisa e dos múltiplos fatores envolvidos na complementaridade da Educação e da Segurança Alimentar e Nutricional, sugere-se que futuros estudos possam envolver o tema na complexidade que lhe é inerente.

Referências

- BARRETO, S. M. (Org). **Análise da Estratégia Global para a Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde**. 2004. Documento realizado pelo Grupo Técnico assessor instituído pela Portaria do Ministério da Saúde nº 596, de 08 de abril de 2004.
- BRASIL. Casa Civil. Lei Nº11.346, de 15 de setembro de 2006. – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 set. 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 29 out. 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Criança – Acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento**

Desafios educacionais no contexto das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional

KREUTZ, I. M.

- Infantil**. Brasília, DF, 2002. (Série Cadernos de Atenção Básica, n. 11).
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN**. Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual Operacional do Programa Nacional de Suplementação de Ferro – Portaria Nº 730, de 13 de Maio de 2005**. Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde; BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Interministerial Nº1010 de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 maio 2006.
- CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **Princípios e Diretrizes de Uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional – Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2004.
- D'AMBRÓSIO, U. Modernidade, Pós-Modernidade e Educação. In: MARQUES, M. O. (Org). **Educação nas Ciências**. Ijuí: Unijuí, 2001. p. 103-116.
- DELORS, J. Formar a los protagonistas del futuro. **Correio de la Unesco**, France, abr. 1996.
- DEMO, P. **Desafios Modernos da Educação**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1998.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. BRASIL. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Mapas da Fome. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. BRASIL. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2002.
- WOLFENSOHN, J. D. The Washington Post, 13 out. 1995. In: KLIKSBERG, B. **Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002. (p. 12)
- KLIKSBERG, B. **Repensando o Estado Para o Desenvolvimento Social: Superando Dogmas e Convencionalismos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KREUTZ, I. M. **Desafios Educacionais no Contexto das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências)–Unijuí, Ijuí, RS, 2007.
- MARQUES, M. O. (Org). **Educação nas Ciências**. Ijuí: UNIJUI, 2001.
- MARQUES, M. O. **Educação/Interlocução, Aprendizagem/Reconstrução de Saberes**. Ijuí: UNIJUI, 1996.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003..
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Comentário Geral 12 – O Direito Humano à Alimentação – 1999. In: VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação: Desafios e Conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Saúde para todos no Século XXI**. Genebra, Suíça, 1998.
- POLETTO, I. Democracia: obra coletiva conflitual e inacabada. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Educação Cidadã: Novos Atores, Nova Sociedade**. Brasília, DF, 2004. p. 11-26.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. 1996. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 27 jul. 2006.
- RAICHELIS, R. Sistematização: os conselhos de gestão no contexto internacional. In: CARVALHO, M. C.; TEIXEIRA, A. C. **Conselhos Gestores e Políticas Públicas**. São Paulo: Polis, 2000. p. 41-46.
- VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação: Desafios e Conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.
- VASCONCELLOS, C. S. **Para Onde Vai o Professor? Resgate do Professor Como Sujeito de Transformação**. 6. ed. São Paulo: Liberdade, 1998.